



Um estudo sobre a legislação normativa das políticas públicas para a Educação Especial na Educação Básica

Bruna Vargas Paris
Universidade La Salle

Elaine Conte (Orientadora)

Tipo do trabalho

Pôster

Tema

Ciências Humanas

Palavras-chave

Educação, inclusão, políticas públicas.

OBJETIVO

Meu objetivo é proporcionar uma reflexão sobre as diretrizes brasileiras de inclusão, investigando as políticas educacionais para melhorar as práticas educativas pedagógicas. Como também pretendo questionar o potencial efetivo das políticas públicas voltadas a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Como objetivos específicos buscou-se identificar as principais ações, diretrizes, programas e planos voltados para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto brasileiro, uma vez que as leis devem existir para serem executadas dentro da legislação vigente, seguindo: Constituição Federal de 1988, PNE, LDB, CNE7/CEB e regulamentações do MEC.

MATERIAL

Meus estudos utilizaram-se dos seguintes materiais de pesquisa: Brasil, Lei de Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica (2009), Programa Educação Inclusiva: direito e diversidade (2003).

METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica de caráter exploratória apresentou características que atenderam a realização da pesquisa, pois permitiram investigar o problema por meio da análise de diversas posições, contribuindo para o aprimoramento das concepções sobre o tema.

RESULTADOS

Esta pesquisa ainda está em andamento, portanto ainda não possui resultados específicos. Mas espero conseguir levar toda a reflexão sobre as diretrizes para que todos possam conhecê-las e pensar sobre elas. Bem como conseguir auxiliar educadores através deste breve estudo, para que assim eles consigam aperfeiçoar suas técnicas educativas e pedagógicas com a educação especial.



CONCLUSÃO

Por ser um grande desafio a inclusão preocupa e segue em constantes adaptações na legislação, buscando funcionar como exige a lei, e é direito adquirido do aluno, visando preparo para independência, é necessário o acesso ao sistema hoje assegurado em leis vigentes. Então neste sentido entende-se que a inclusão deve ser uma realidade embasada na lei, tornando-se uma sociedade que busca a igualdade social.